



Trajetórias e passagens na vida religiosa feminina* *Pathways and passages of female religious life*

Martina M. E. González García**

Resumo: A trajetória feita por congregações religiosas deste estudo mostra o constante processo de mudança que acontece na Vida Religiosa em sua passagem de concepções e modos de vida tradicionais para sua inserção no mundo moderno e contemporâneo. Destacam-se nessa passagem a opção pelos pobres e a relação com a Igreja a partir da consciência de gênero.

Palavras-chave: Vida Religiosa; opção pelos pobres; gênero

Abstract: The trajectory of religious congregations of this study shows the constant process of change that takes place in religious life on her passage from conceptions and traditional ways of live, for her insertion in the modern world. Stand out in this passage the option for the poor and the relationship with the Church from gender awareness.

Keywords: Religious Life, option for the poor, gender.

Introdução

A VR dos últimos séculos foi conhecida como apostólica, missionária ou ativa, diferenciando-a, assim, da VR monástica que a precedeu. Nesta, contemplação e oração constituíam o centro da vida organizada dentro de grandes casas religiosas, conhecidas como abadias, mosteiros ou conventos, em regime de clausura. O sustento podia proceder do trabalho interno realizado pelos membros, como artesanato ou agricultura,

* Este artigo tem como referência a tese de doutorado concluída em 2006. Para esse estudo, foi escolhido um grupo homogêneo de pequenas congregações religiosas femininas, com uma trajetória de abertura às mudanças das últimas décadas, o que favoreceu um processo mais inclusivo e participativo. Foram realizadas 27 entrevistas com membros de 18 congregações. Essas congregações têm suas sedes em São Paulo e as pessoas entrevistadas residiam na mesma cidade por ocasião das entrevistas. Foram escolhidas intencionalmente idades diferentes, que permitissem olhares diferentes ou complementares.

** Doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2006). Atua principalmente nos seguintes temas: vida religiosa feminina, mulher, gênero, Igreja católica, feminismo e relações na Vida Religiosa no contexto da modernidade. E-mail: mmgonzalez@ssps.org.br

mas também de dotes, heranças e outras ajudas. Aos olhos da modernidade, do *homo faber*, esse modo de vida passou a ser visto como ocioso, não produtivo, e, conseqüentemente, diminuiu o apoio que tinha na sociedade.

Por outro lado, na medida em que caíam as estruturas feudais e começava a se desenvolver o capitalismo, a mudança das condições de vida trazia outros desafios. Novas formas de pobreza e a necessidade de instrução despertaram já no século XVI um movimento missionário, influenciado pela pujança dos jesuítas, a corrente de humanismo e o combate à heresia. Nessa época, mulheres sensíveis às necessidades tentaram organizar congregações religiosas dedicadas à educação, catequese e obras de caridade em suas terras e além mar. O modelo de vida e de organização melhor sucedido na época foi o da Companhia de Jesus. O silêncio e a oração da vida monástica foram substituídos pela disciplina espiritual e o serviço apostólico que, junto com um tempo de formação inicial sólido e os exercícios espirituais, preparavam os jesuítas para ser enviados a qualquer parte do mundo e manter um alto nível de compromisso¹.

Para realizar tais atividades, procuravam modos de vida compatíveis, como, por exemplo, não ter clausura estrita. A clausura tinha sido reforçada a partir da reforma de Trento. Esta novidade não foi compreendida e apoiada inicialmente pela Igreja da época, mas foi abrindo brechas para o reconhecimento, por parte da hierarquia da Igreja, da possibilidade de mulheres desempenharem atividades educativas e pastorais nas casas religiosas, extraindo também dessas atividades os recursos para sua manutenção. Todas as formas de VR sofreram forte repressão no tempo da Revolução Francesa e muitas chegaram a desaparecer. A partir da metade do século XIX, foram fundadas mais de 600 comunidades religiosas, ultrapassando em muito as fundações de tempos anteriores. Surgiu assim um novo estilo de VR conhecida como de vida ativa, dedicada a obras apostólicas orientadas para trabalhos específicos, mais de 90 por cento dedicadas à educação. Essas congregações adaptaram o modelo de vida monástica às necessidades de seu tempo, deixando, por exemplo, a vida fechada no claustro. No lugar de mosteiros surgem escolas, hospitais e outras obras sociais, dentro das quais uma parte é reservada para as necessidades de moradia das religiosas.

Congregações assim chegam ao Brasil a partir da República, acompanhando o projeto de romanização da Igreja e para responder às demandas da sociedade. Com a separação do Estado e a conseqüente perda de seu apoio, a Igreja, mesmo resistindo aos ideais modernos, desenvolveu estratégias para recuperar seu lugar na sociedade. Faltavam ao Estado equipamentos de saúde, de educação e assistenciais, em decorrência do processo de urbanização e industrialização. Para atender a essas necessidades, foram chamadas numerosas congregações religiosas femininas estrangeiras além de outras fundadas nessa época no Brasil.

¹ P.WITTBURG, *The rise and fall of Catholic religious orders*, p.37.

Mesmo com resistência por parte de grupos liberais, essas congregações logo se afirmaram e desempenharam um grande labor em escolas, hospitais e obras assistenciais, acompanhando o desenvolvimento urbano e rural, o afluxo de migrantes. Algumas também se embrenharam em áreas afastadas e de difícil acesso. A confluência de vários fatores, tanto de caráter social quanto religioso, foi responsável pela multiplicação da presença dessas congregações e da grande atuação que tiveram. Trabalharam a serviço da população em geral, a partir do lugar social da aristocracia rural e da burguesia emergentes. Atuar a partir de uma ordem hierárquica correspondia à visão tradicional de mundo, de sociedade e de Igreja. Estando bem formados e evangelizados os que estão acima, os grupos que lideravam poderiam ser bons em relação a seus súditos e assim se estenderia uma ordem justa para o resto da população.

Podemos dizer que tanto a Igreja quanto a VR acompanharam o processo de modernização social e colaboraram com ele, mas a partir de valores e concepções tradicionais, que ainda encontravam acolhida na sociedade, principalmente nas questões que respondiam ao mundo privado da família e as suas funções também em processo de mudança². A organização da atividade desempenhada pela VR nesse período não segue os moldes do mundo público moderno, mas os do mundo privado e doméstico, não podendo assim, nesse tempo, falar de indivíduo moderno na VR. Uma visão sacralizada de mundo junto com estruturas modernas orientadas para o controle e a produção, tais como a contemplada no conceito de instituição total de Goffman ou disciplinar de Foucault, organizaram a atividade e foram responsáveis pela alta eficiência e coesão da VR nessa época³.

O trabalho das religiosas somar-se-ia à crescente demanda de serviços feitos às mulheres para atender às necessidades postas pela modernidade. O progresso e a emancipação exigiam cidadãos masculinos capacitados para construir um mundo público. Essa construção substituiu relações culturalmente dadas, que se reproduziam por si, como as de compadrio ou escravidão, por outras que precisavam ser trabalhadas mediante a educação. Isto pedia maior dedicação e preparação no espaço doméstico onde atuavam as mulheres, mantidas, entretanto, numa relação de desigualdade⁴. Outras situações também traziam demandas para as quais as mulheres estariam atentas. O processo capitalista, voltado para interesses de produção de maneira competitiva,

² BESSE lembra que, enquanto esferas do mundo público como a economia e a política se orientaram por valores modernos, o mundo privado da família e os papéis da mulher continuavam se orientando por valores tradicionais.

³ Ver M.J.F.ROSADO NUNES, *Freiras no Brasil*, p.497; M.V.V.REZENDE, *Vida Religiosa rompendo os muros*, pp.73-77.

⁴ Os estudos feministas entendem que a cidadania moderna se constitui com base na exclusão e no uso das mulheres em continuidade como tinha acontecido nas épocas anteriores. Ver, entre outros, G.BONACCHI e Â.GROPPI. *O dilema da cidadania*.

num Estado não intervencionista, deixava sem assistência órfãos, idosos e doentes. A mudança da família rural extensa, com sua rede de relações, para a família nuclear urbana também foi responsável por essa situação. A preocupação com os pobres sempre esteve presente na VR e, também, nesse tempo. Há congregações especificamente dedicadas a atendê-los enquanto necessitados de caridade, contudo sem a consciência de um trabalho visando uma mudança social.

Tendo ficado fora do espaço público, a Igreja concentrou-se no privado, investiu nas mulheres brancas das classes privilegiadas e confiou-lhes a educação cristã da família. As mulheres foram um dos braços da Igreja para criar relações com o povo. O projeto de restauração da Igreja, acompanhando a modernização da sociedade, pede também um intenso trabalho de formação dos fiéis na catequese de preparação para os sacramentos e formação de associações religiosas para leigas e leigos.

A atividade das congregações estaria voltada para atender a estas necessidades. Biase⁵, a partir da metáfora das duas cidades, defende como mulheres religiosas do século XIX, fundadoras de congregações, sensibilizadas e mobilizadas pelas agruras e necessidades de sua época, de alguma forma, exerceram um protagonismo. Elas queriam ser e agir, empenhar-se e influenciar os fatos, assumindo em primeira pessoa novas tarefas históricas e desenvolvendo novas capacidades ao engajar-se no processo social, a partir de suas concepções religiosas. Mesmo tendo em conta os limites dessas concepções e o enquadramento institucional em que se envolveram, não podemos atribuir-lhes uma passividade ou uma colaboração com a resistência antimoderna. Arendt⁶ percebe que: *O estabelecimento de um novo início através da ação incide sempre sobre uma teia já existente e é em virtude dessa teia preexistente de relações humanas, com suas inúmeras vontades e intenções conflitantes, que a ação quase sempre deixa de atingir seu objetivo.*

Podemos entender que condições materiais, sociais e religiosas do seu tempo, entrelaçadas com a teia de relações preexistente, tenham se constituído como mais um contexto da história de mulheres que não permitiu o reconhecimento e as condições para alcançar uma participação entre iguais, como sujeitos da história. Como explicam Berger e Luckmann⁷, a ordem institucional deve ter sentido simultaneamente para os participantes, os quais reconhecem, a partir de sua subjetividade, um sentido global *por trás* de seus motivos individuais e os de seus semelhantes, o que torna a vida dos indivíduos subjetivamente significativa. Se olharmos a VR dentro das concepções religiosas da *cidade de Deus*, como entende Biase⁸, as religiosas podem ter encontrado sua vida significativa dentro do espaço institucional da Igreja e da VR. Dado, porém, o

⁵ P.G.BIASE, *De uma cidadania a outra*, p.160.

⁶ H.ARENDT. *A Condição Humana*, p.195.

⁷ P.L.BERGER e Th.LUCKMANN. *A Construção Social da Realidade*, p.127.

⁸ P.G.BIASE. *De uma cidadania a outra*.

fechamento que essas instituições mantiveram em relação à sociedade moderna, podemos suspeitar de que as religiosas não alcançaram, em grande parte, a realização das aspirações que as moveram a ser e agir em seu tempo. No período pós-conciliar, alguns véus caíram e a *naturalidade* com que assumiram papéis e posições se tornou com frequência frustração quando se instalou uma crise na VR, dando passagem para novas concepções e arranjos de sua ação.

Abertura para a modernidade

Novas condições sociais e religiosas mudam o fazer e o que fazer da VR a partir da segunda metade do século XX. A entrada do capital internacional acelerou o processo de industrialização e, com ele, o êxodo rural e a urbanização. Houve necessidade de uma mão de obra mais qualificada. Além do aumento das exigências legais e burocráticas, o Estado ampliou seus equipamentos na área educacional e social. As obras apostólicas mantidas pelas congregações – escolas, hospitais e obras sociais – perderam a centralidade que tinham na sociedade e na Igreja no período anterior.

O Concílio Vaticano II (1962-1965) acolheu uma nova concepção de Igreja como povo de Deus que já se vinha consolidando nas décadas anteriores. O estatuto da VR ficou igualado ao do povo de Deus, quando a VR deixou de ser vista como um estado especial de santidade, o que a distinguiu dos simples fiéis no âmbito da Igreja. A perda desse sentido e a possibilidade de olhar para o mundo e para suas realidades e possibilidades como positivas serão causa, para que muitas religiosas abandonem a VR. Foram caindo estruturas responsáveis pela coesão dos membros e o estilo de vida pautado por normas rígidas e centralizadas de governo, o que tornara possível uma mão de obra dócil, obediente e capaz de muito sacrifício, condições que possibilitaram um grande desenvolvimento das obras. A renovação que a Igreja pediu legítima valores modernos na VR. A valorização da pessoa, seu desenvolvimento como sujeito, o despertar da consciência crítica e aberta ao mundo, colocam outro contexto e possibilidades para as religiosas e suas instituições.

As Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) olharam para o povo de Deus a partir do lugar social do pobre. A função social das obras apostólicas nas quais atuavam as religiosas não é mais o alvo do projeto que a Igreja se propõe. Essas obras passaram a merecer pouca atenção, foram desvalorizadas ou questionadas como lugares de poder, a serviço das classes favorecidas. Exortou-se a fechá-las. Concomitantemente, a Igreja convidou as religiosas para se inserirem na pastoral a serviço dos pobres. Muitas se sentiram atraídas e motivadas para engajar-se na pastoral, em que encontraram um sentido e valorização em meio à crise. Trabalhar pelos pobres já era um desejo, que tinha levado a procurar um espaço nas congregações para sua realização; esta é uma

motivação que está na origem das fundações e acompanhou sempre a VR. Já antes do Concílio, e das Conferências de Medellín e Puebla, havia religiosas que se engajaram em movimentos de renovação como *Por um mundo melhor*, renovação litúrgica, acompanhamento de grupos de Ação Católica, entre outros. O apelo dos bispos veio ao encontro da busca e inquietações que já estavam presentes para algumas e foi contaminando outras.

Em muitas congregações, que estavam à frente de grandes obras, grupos de religiosas partem para os meios populares, rompendo com as atividades que vinham desempenhando dentro das obras próprias de suas congregações ou dirigidas por elas. Congregações menos numerosas, radicadas no Brasil na segunda metade do século XX, dão um novo giro ao seu projeto como um todo. Em geral, eram convidadas por algum bispo ou padre para inserir-se no trabalho pastoral de sua diocese ou paróquia. Um depoimento nos situa neste momento:

A nossa congregação tomou uma opção, opção pelos pobres, pela justiça, dando prioridade a tipos de trabalhos para os grupos, com os movimentos sociais, com profissionais. A grande maioria de nós optou mesmo para diminuir o trabalho, que nós estávamos fazendo dentro de um colégio grande. Nós somos realmente um grupo pequeno [...]. Quando nós tomamos essa opção séria, tivemos um processo no nosso grupo, para realmente fazer que todo mundo assumisse essa opção, em conjunto com alguns objetivos claros, o que nós pretendíamos como grupo. Eu acho, muito honestamente, foi o que estava acontecendo dentro e fora, dentro da Igreja e fora da Igreja que fizeram um “cliquizinho” bem grande. Foi justamente na época de Medellín, todo o Vaticano estava muito ainda presente na cabeça da gente. A nossa congregação, como congregação toda, já estava dentro dos resultados do Vaticano; como entrar nesse processo de renovação, de voltar ao carisma, de rever a vida religiosa que estávamos vivendo. Já estávamos questionando uma série de coisas, nós mesmas. (Lena)

Várias mudanças se afirmariam no discurso e na prática nessa passagem das congregações. O espaço de trabalho deslocou-se da escola, hospital ou obra social, onde também estava a moradia, para o espaço das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), com todo o movimento que implicou ou implica. Concepções que tinham motivado algumas a se dedicarem aos pobres passaram a ser moldadas pela Teologia da Libertação (TdL). Os pobres deixam de ser vistos como necessitados de caridade, para eles mesmos serem sujeitos da mudança das estruturas sociais que os colocam nessa situação.

Esse quadro de mudança na ação e nas concepções que a sustentavam moldou também a vida e a ação das religiosas inseridas nos meios populares. As religiosas saíram de um tempo e espaço conventuais, que regulava a vida e o trabalho dentro de formas e espaços sagrados restritos no interior de suas casas, para um espaço maior. O novo

espaço de trabalho deixou de ser controlado e determinado por uma ordem externa vinda de cima. A ação comum passava agora a ser planejada em círculos nos quais participavam as religiosas. Mesmo que cada uma se engajasse nas CEBs com sua experiência e preparação profissional, as concepções de como trabalhar agora, no meio popular, pediam de todas uma aprendizagem e mudança de mentalidade para lidar com o novo espaço e desenvolver estratégias de ação; ao serem dirigidas para o pobre, estas estratégias eram orientadas para uma maior igualdade e participação, fazendo cair concepções que legitimavam hierarquias e status diferenciados. A causa da ação era abraçada a partir da conscientização e informação.

As religiosas se tornavam agentes das pastorais e dos projetos ou movimentos sociais. Os laços de solidariedade que brotavam agora levavam a marca da liberdade, a colaboração era aberta e livre. Fazer e oferecer um cafezinho, bater de porta em porta convidando as mulheres para a reunião, abrir uma escolinha para as crianças ou adultos, organizar um posto de saúde ou um movimento para reivindicar saúde, moradia, escola, transporte público, não era mais trabalho determinado de fora ou de cima, mas brotava do sentido e desejo de participar. Assim era vivenciado e sentido pelas religiosas.⁹

Em certo sentido, as CEBs eram como uma extensão do espaço doméstico. Lá, principalmente, mulheres articularam discurso e prática procurando atender às necessidades familiares e de seu bairro como alimentação, água, luz, saúde e educação para os filhos, podendo contemplar também outras áreas como a do mundo do trabalho. Assim vivida, a militância ou participação mantinha o sentido de identidade e papéis tradicionais do espaço doméstico, sem alterar profundamente as relações. Só algumas líderes desenvolveriam uma ação característica do mundo público. Todas, contudo, tiveram um papel fundamental ao passar de um trabalho marcado pelo assistencialismo para a tentativa de conscientização, de respeito pela dignidade das pessoas, de conquista de direitos e cidadania. Por outro lado, os compromissos assumidos nas CEBs e movimentos populares tiravam mulheres e religiosas de casa e contribuíam para alterar as relações dentro e fora dela. Se mulheres e religiosas compreendiam seu trabalho como natural, maridos e lideranças das congregações acusavam com frequência seu incômodo, chegando a causar rupturas e conflitos. A partir de seus papéis tradicionais, e legitimadas por sua religiosidade, essas mulheres e religiosas ensaiavam a saída da subordinação, avançando na construção de relações mais democráticas. Passados alguns anos, uma ata da CNBB¹⁰ reconhece que estavam muito politizadas.

⁹ Os estudos de M.J.F. ROSADO NUNES, *Vida Religiosa nos meios populares* e de M.V.V. REZENDE, *Vida religiosa rompendo os muros* descrevem isso com riqueza de depoimentos.

¹⁰ ATA da 16ª Assembleia da CNBB Regional Sul 1, 15-16/09/1993.

Mais politizadas, mais democráticas, menos passíveis de serem enquadradas nas atuais estratégias de evangelização da Igreja, podemos perguntar como as religiosas continuam a assumir seus compromissos e buscas de atuação no momento que perdem também o incentivo por parte da hierarquia da Igreja que as convocou para esta atuação e como se relacionam com a mesma Igreja.

Dentro da pluralidade da VR feminina decorrente de seu processo de renovação a partir do Concílio Vaticano II, aqui nos referiremos a congregações que passam ou passaram pelo processo de maiores mudanças e abertura ao mundo moderno. Esses grupos de religiosas têm características tais como haverem chegado ao Brasil ou se constituído aqui na pós-Segunda Guerra Mundial; não ter como dedicação central o trabalho em grandes obras como escolas ou hospitais; trabalhar em projetos voltados para a Opção pelos Pobres (OpP); ter uma média de 30 a 60 membros em cada grupo e com idade média entre 40 e 50 anos. A maior parte desses grupos forma parte de congregações mais amplas e não está desvinculada do contexto da vida religiosa em geral. Os dados apresentados são fruto de entrevistas semidirigidas feitas com membros dessas mesmas congregações.

A OpP continua sendo afirmada vigorosamente, pelos grupos estudados, como o eixo articulador de sua vida e ação. As linguagens que expressam esse projeto hoje, nas várias congregações, se mantêm em continuidade com os ideais que moveram a VR inserida nos meios populares nas últimas décadas, não obstante as expressões desse projeto mostrarem agora uma elaboração própria a cada congregação. Ou seja, o projeto da OpP que moveu a VR e que era em grande parte liderado por setores hegemônicos da Igreja, hoje tenta se re-articular a partir de cada congregação e em busca da construção de outras redes de apoio e não mais ligado ao grande projeto eclesial.

Várias congregações continuam atuando em alguns espaços eclesiais, como paróquias e dioceses, onde mora o povo pobre e marginalizado. Colaborar na formação de lideranças para que estas assumam seu papel e lugar na igreja está entre seus objetivos, não como quem leva algo de fora, mas tentando caminhar a partir do povo.

Outras congregações atuam em espaços não diretamente eclesiais, como Reforma Agrária, Movimento dos Sem-Terra, Direitos Humanos, combate à fome e desnutrição infantil, questões como a negritude, sofrendores em situação de rua, trabalhadores, desempregados, trabalhadoras domésticas, indígenas e mulheres.

Uma nos conta como sua congregação surgiu para amparar meninas em situação de risco para o qual tinham aberto orfanatos. Após fechar esses centros e com o aluguel dos mesmos, hoje vão ao encontro de meninas e mulheres em situação de prostituição e oferecem apoios como casas de acolhida e outros serviços de atendimento, além de colaborar com organizações de combate ao tráfico de seres humanos.

É possível perceber que esses grupos de religiosas são animados pela missão, o carisma, que, por sua vez, se identifica com a causa dos e das que estão fora do sistema

econômico; assim o expressam a partir de seu coração: *A nossa opção é pela causa do oprimido*. Isso cria e fortalece a integração do grupo, orienta um jeito próprio de ser e viver, de participar e dialogar, buscar critérios comuns para desenvolver uma ação conjunta. O sentido é buscado também na religião: *Claro que a força da oração, os encontros, isso também ajuda* (Andréia). Hoje, as próprias congregações sustentam seu ser e seu projeto, como opção mantida e trabalhada por elas, o que representa uma maior autonomia em relação ao período anterior, quando foram apoiadas pela Igreja.

Colocada a pergunta para as jovens sobre o que mudariam hoje na VR, as respostas se orientam na mesma direção. Elas acham que precisam de mais ousadia para se lançar nos desafios, em lugares de fronteira, viver mais próximas do povo, sair do aburguesamento, intimismo, estruturas que impedem a vida de ser mais dinâmica.

As jovens mostram também a preocupação de quem irá futuramente aos lugares de maior desafio; como manter a abertura que a VR tinha anos atrás; pergunta-se se as jovens que chegam hoje na VR abraçarão esse espírito missionário; como conciliar a necessidade de estar preparadas, de usar a tecnologia sem se tornar escravas dela e pondo-a a serviço dos mais pobres.

Os depoimentos das jovens apontam preocupações e desafios trabalhados amplamente no estudo de Rezende¹¹ sobre as comunidades religiosas inseridas no Nordeste. Este conta como as jovens dessas comunidades aderem à inserção nos meios populares, mas vivem uma série de situações diferentes das pioneiras, quando o contexto social e eclesial era favorável aos movimentos sociais que se desenvolveram na época¹². Num contexto menos favorável e mais complexo, essas jovens não mostram o mesmo entusiasmo, espírito aventureiro e pioneirismo das que correram para o Nordeste quando fizeram uma mudança de lugar social. Diante da não renovação de quadros nas congregações, as jovens passam a ter responsabilidades pela instituição e, conseqüentemente, necessidades que a geração fundante da inserção não teve. Os aspectos apontados nessa pesquisa indicam a necessidade de estudos mais aprofundados sobre os novos quadros que ingressam hoje na VR procedentes, em sua maioria, do meio popular.

De acordo com Wittberg¹³, através da maior parte da história do Catolicismo os períodos de maior crescimento nas congregações religiosas aconteceram, ao menos em parte, quando surgiam novas formas de VR como resposta a dilemas-chave ou preocupações emergentes trazidas pelas mudanças culturais e sociais. A adesão dos

¹¹ M.V.V.REZENDE, *Vida religiosa rompendo os muros*.

¹² Carranza, em entrevista recente, também afirma que no horizonte das jovens que ingressam na vida religiosa, hoje, não está presente a bandeira da transformação do mundo. Essas jovens estão mais afinadas com as tendências da sociedade atual como consumo, vida saudável, culto ao corpo e questões de gênero.

¹³ P.WITTBURG, *The rise and fall of Catholic religious orders*.

membros em torno de um compromisso comum decorria da busca e engajamento para responder aos desafios percebidos pela coletividade. Os membros encontravam na VR respostas que os compeliavam a assumir lutas, deficiências, e problemas de risco de seu tempo. Não havia necessidade de fazer grandes investimentos para conseguir a adesão dos membros à ideologia e ao projeto comum do grupo. A VR estava conectada e respondia às necessidades, deficiências, e problemas de seu tempo.

A situação atual não parece ter as características apontadas acima, ao menos em parte. Como explicar que num tempo em que as condições sociais e religiosas não são favoráveis ao projeto da OpP, essas mulheres continuem afirmando com vigor que o que as une e identifica é a causa a favor dos mais pobres e desfavorecidos? Hoje observamos uma realidade que sacode instituições, transforma culturas, concentra riqueza e pobreza, esperança e desespero decorrente dos arranjos da revolução tecnológica e seu impacto na transformação do capitalismo. Por outro lado, identificamos também uma poderosa expressão de identidades coletivas que desafiam a globalização em favor da singularidade cultural e o controle das pessoas sobre suas próprias vidas e desenvolvimento, organizando-se numa multiplicidade de movimentos que visam a transformação das relações humanas em níveis fundamentais da vida¹⁴.

Este autor entende que, com a derrocada das instituições, o significado para a ação brota hoje das identidades. Estas, por sua vez, organizam significados, entendidos como identificações simbólicas dos atores sociais. Reconhece que as identidades são construídas pela religião, as instituições e a história, e afirma que os agentes, em cada contexto, re-significam esses elementos e constroem a identidade em função de tendências sociais e projetos culturais¹⁵.

De acordo com o mesmo autor, identidades podem ser construídas a partir da religião, a história e as instituições; identidades oprimidas também podem organizar-se em projetos de transformação social. Novas formas de expressão social organizam-se entre a oposição a fluxos não identificados e identidades segregadas¹⁶.

As religiosas, enquanto mulheres, constituem um grupo oprimido atuando junto a grupos oprimidos. A *dedicação ao outro* que sempre orientou a VR feminina, também aparece como uma contradição social e até religiosa, de acordo com concepções presentes, hoje, na Igreja e na sociedade. Neste momento, quando a hierarquia da Igreja traça estratégias de evangelização com as quais as religiosas das congregações aqui estudadas não se identificam, elas, pessoal e grupalmente, ocupam espaços possíveis dentro da pluralidade existente na Igreja, resistem enquanto congregação, seguem seu ser e, apoiadas em sua experiência, constroem e cultivam significados que as movem a assumir a causa da OpP.

¹⁴ M. CASTELLS, *O poder da identidade*, pp.17-18.

¹⁵ *Ibid.*, p.23.

¹⁶ *Ibid.*, pp. 26-27.

Ilustrativo foi um momento no Congresso das Novas Gerações¹⁷, no mês de junho de 2006, que congregou, principalmente, jovens e mulheres. Tratando o tema do poder social, uma religiosa testemunhou a trajetória de sua vida junto aos moradores em situação de rua e levantou a plateia. O comentário geral foi: *Chegamos ao ponto alto deste congresso; valeu pelo que aconteceu nesta tarde*; o depoimento desta religiosa tocou no que Castells considera uma identidade primária das religiosas ali congregadas – *a dedicação ao outro* –, que dá sentido a suas vidas.

Mulheres Religiosas e a Igreja

A possibilidade de entrar em contato com um discurso e prática transformadores nas CEBs, orientados pela TdL e a leitura da Bíblia na ótica dos pobres, deu às religiosas a possibilidade de encontrar espaços e ideários alternativos ao que tinham nessa época em suas congregações, favorecendo que novas práticas, discursos e visão da realidade se tornassem possíveis por esse meio. Dessa forma, a VR fez a passagem e foi introduzida na modernidade que tinha sido vivida, em parte, à margem desta. Essa passagem ou introdução teve características tanto da revolução liberal como da socialista. Foi possível fazer essa experiência de maneira significativa e legítima para muitas, abrindo, por essa via, as congregações para que esses mesmos discursos e práticas entrassem para as agendas de suas congregações.

A experiência das CEBs é ampliada, hoje, com outras dimensões que se tornam necessárias no contexto atual e que, dada a urgência do trabalho da *libertação dos pobres*, foram em parte relegadas ou adiadas. Trabalham-se hoje com maior empenho a capacitação dos membros, uma formação personalizada, capacidade para conversa, novas perspectivas na releitura de suas tradições, mediante as quais poder apoiar e legitimar discursos e práticas que favoreçam as mulheres que optam por essa forma de vida.

A entrada das religiosas no projeto eclesial teve também um preço a pagar. Elas foram para um espaço de desiguais, mas sem a consciência de que assim fosse. Firmaram contratos, sentaram-se na roda de participação com bispos e padres, mas eram reconhecidas e se reconheciam como mulheres, valorizadas nos seus papéis de mulheres que construíam comunidades e velavam pelas comunidades, mas no seu status de mulheres. A experiência da novidade, do entusiasmo, da entrega à causa da libertação, do encontro de sentido em meio à crise que se vivia na VR fez com que entrassem neste espaço de coração aberto, sem nenhuma defesa. Alguns conflitos e decisões externas a

¹⁷ Este congresso é um dos eventos do projeto Novas Gerações, organizado pela CRB para fazer presente as forças jovens da VR num momento de queda em seus quadros.

elas, não chegavam a incomodá-las, diante da intensidade do que era possível viver e da causa para lutar.

No fim da década de 80 e ao longo da década de 90, acompanhando a retração do projeto eclesial da OpP, a clericalização e paroquialização da Igreja, muitas congregações foram lentamente se retirando do trabalho nas CEBs. Essas religiosas tinham a experiência de trabalhar em equipe, próximas do povo, promovendo um trabalho entre iguais ou com um poder que procurava incluir e dar espaço para participação. No momento que entraram bispos e padres que voltaram a centralizar o poder no clero e a introduzir práticas e discursos que negavam a construção de uma Igreja a partir do povo pobre, essa forma de presença das religiosas tornava-se incômoda e desnecessária. Procuravam-se agora religiosas conformadas com um lugar subordinado. Assim vimos, na década de 90, nas dioceses de São Paulo, chegarem novas congregações e as que estavam atuando anteriormente pouco a pouco se tornaram invisíveis. Diante dos novos padres, cabia-lhes adaptar-se ao novo jeito que se introduzia, perdiam espaço e reconhecimento quando não eram forçadas a se retirar. A postura dessas religiosas foi de recusa dessa relação.

Nessa situação foi aflorando a consciência de gênero entre as religiosas dos meios populares e suas congregações, também pelo contato e influência do pensamento feminista que chegava até elas. Foi a partir daí, do conflito que se foi criando, que as religiosas começaram a se confrontar consigo mesmas, com seus papéis e identidade enquanto mulheres e religiosas, na relação com a Igreja. Sentiram que tinham dado tudo de si mesmas para construir *um novo jeito de ser Igreja*, que desempenharam funções reservadas ao clero até esse momento e tiveram uma presença qualificada, sem a qual teria sido inviável a ação da Igreja nas CEBs; contaram com um grande espaço e apoio, mas, de repente, tiveram que acordar para a realidade de estar numa estrutura na qual não tinham direitos a reivindicar, apesar de tantas vezes terem reivindicado direitos junto com o povo das CEBs.

Associado ao veto canônico da ordenação de mulheres estava, também, o veto oficial a qualquer jurisdição e exercício de poder¹⁸. Elas estavam lá como mão de obra qualificada, desempenhando serviços e papéis sagrados, mas *sua condição profana permanecia*¹⁹. A liderança que lhes foi dada no momento de profecia desaparecia quando as relações voltaram a ser regulamentadas²⁰. Sentiram-se utilizadas quando não violentadas. Tinham assumido um projeto criado pela hierarquia e seus interesses e foram levadas a abraçá-lo como próprio. Pouco a pouco entenderam que se tratava de estruturas milenares, construídas na história, como as questões de classe social que aprenderam a desconstruir na TdL e na leitura popular da Bíblia. Tinham adquirido

¹⁸ M. de C.AZEVEDO. Os Religiosos: vocação e missão.

¹⁹ V.L.ERICKSON. *Onde o silêncio fala*, pp.87-88.

²⁰ M.WEBER. *Economia e Sociedade*, p.391.

uma consciência crítica reconhecida pelos bispos,²¹ impensável antes de fazer essa passagem pelas CEBs. O discurso e a prática da libertação e sua participação neles não tinham mudado as estruturas de poder hierárquico e masculino e, mesmo tendo-as vivenciado como quem participa plenamente, era só por um tempo. Entendemos, com Rosado Nunes, que qualquer tentativa de estabelecer relações igualitárias na Igreja esbarra numa estrutura hierarquizada e masculina, em que apenas homens têm acesso às instâncias de poder²².

Algumas congregações permanecem ou resistem no trabalho das CEBs, em áreas nas quais a Igreja não atuou com mudanças tão bruscas ou permanecem ainda bispos ou padres de congregações que continuam na perspectiva de um trabalho pastoral de CEBs. Um indicador de como as relações com a Igreja nesse meio vem mudando é a questão do dinheiro.

Questão da remuneração

Um dos aspectos que tinha mostrado mais claramente a política dos novos bispos a partir do final da década de 80 em relação às religiosas que atuavam na Igreja foi a retirada das pequenas ajudas em dinheiro que recebiam algumas comunidades religiosas dedicadas à pastoral.

A remuneração pelo trabalho de pastoral contribuía para atender às necessidades básicas de manutenção das religiosas e era uma forma de colaborar com as que trabalhavam nas CEBs. Era muito apertado para a sobrevivência, mas permitia liberar-se para esse trabalho e dava certa autonomia para não depender das congregações. A retirada dessa ajuda era uma maneira clara de dizer para essas religiosas que a diocese tinha outras prioridades, como a de investir em seminários para formar padres.

Os argumentos usados alegando falta de condições nunca convenceram e, além do silêncio diante da determinação que chegava de cima, não faltaram, em alguns, casos a reivindicação das religiosas. Claramente elas percebiam que para os novos padres não parecia faltar nada, enquanto para elas se dizia que a congregação deveria sustentá-las, ou seja, se quisessem, podiam trabalhar sem nenhuma ajuda.

Hoje, congregações que permanecem trabalhando no espaço eclesial e recebendo alguma ajuda parecem continuar com as mesmas dificuldades. Uma conta como tem a grande preocupação de receber ajuda tanto por uma questão de justiça quanto pela necessidade de se manter dentro do limite do imprescindível. Perguntada se isso não

²¹ Ata da Assembleia da CNBB, Regional Sul 1 1993, da qual participaram também superiores maiores da CRB.

²² M.J.F. ROSADO NUNES, *Vida Religiosa nos meios populares*, p.247.

causa desgaste, se não se sentem desvalorizadas, conta da tensão que vivem pela motivação de viver com as pessoas. Sentem a dor da desvalorização, mas não querem que isso determine seu agir, nem diminua seu entusiasmo para servir às pessoas mais desprotegidas. Com essas motivações pedem e lutam para conseguir o que precisam. Nesse sentido criaram a coragem de expor suas necessidades, não só para o padre, mas para as pessoas responsáveis da comunidade.

Aqui é apontada uma nova tendência por parte das religiosas que não querem deixar de prestar seu serviço ao povo nas comunidades, mesmo com as situações incômodas pelas que passam. Pedem, mostram que têm necessidades e não se escondem atrás do estereótipo de que mulheres trabalham de graça. Expõem-se e expõem em público o problema, procurando saídas para a relação de dependência do padre.

Outro depoimento de uma congregação que tem como ação específica o trabalho em paróquias lamenta que as irmãs ofereçam um trabalho de qualidade e em espaços que são remunerados - por exemplo, uma irmã que trabalha na Cúria Metropolitana e é muito atuante. No seu lugar, uma leiga recebe o salário estipulado e todos os direitos, mas com esta irmã os superiores ficam se lamentando de que não dispõem de recursos e que ela deve trabalhar na gratuidade. Isso causa indignação e preocupação devido à exclusão que sentem e coloca uma situação tensa, muito discutida entre elas.

Uma discussão dessas, antes, era impensável. A situação era aceita como normal, mas *hoje não*, há necessidades como pagar uma faculdade ou pagar um plano de saúde. Falar sobre o que acontece hoje não é mais surpresa, como alguns anos atrás, quando estava mudando a política da Igreja. Os depoimentos são muito expressivos.

Principalmente no primeiro caso, vivem em condições precárias. Chama a atenção porque elas recebem verbas para projetos, mas não investem em necessidades ou infraestrutura para elas mesmas. A dor de manter-se na relação de injustiça e a indignação que sentem são justificadas pela maneira como elas entendem que podem estar com o povo pobre. A resistência de estar com esse povo nas comunidades vem, sem dúvida, ao encontro do que está no mais profundo dessas religiosas, e onde encontram um sentido para sua vida. Ao mesmo tempo em que permanecem nessa relação, elas lutam para sair do imaginário que as coloca como mulheres sem necessidades, só voltadas para as necessidades dos outros.

Esse imaginário em relação às mulheres do trabalho gratuito, do cuidado dos afetos, da dedicação sem limite que está impregnado tanto nos homens como nas mulheres, hoje passa por uma relação de conflito; as mulheres estão lutando para sair dessa condição, reivindicando sua cidadania. Guillaumin²³ vê essa relação como uma apropriação das mulheres pelos homens, individualmente no casamento e

²³ C. GUILLAUMIN. *Sexe, Race e pratique du pouvoir*.

coletivamente nas instituições. Bologh²⁴ e Erickson²⁵, analisando as concepções presentes na Sociologia dos clássicos – Weber e Durkheim –, também apontam como a emancipação do homem branco e proprietário é feita à custa das mulheres, dos trabalhadores e de outros grupos explorados. Se conceitos hoje precisam ser revisitados, dadas às transformações culturais em que vivemos, as relações entre mulheres religiosas e Igreja parecem resistir ao tempo.

Algumas dessas congregações se mantêm atuando nas paróquias com consciência do problema e do desafio que têm, mas, diante da impossibilidade ou perspectivas de não ser mais possível, estão procurando outros modos de realizar seus compromissos por meio de trabalhos independentes e remunerados fora das paróquias.

Um dos motivos para pensar outras formas de presença dessas congregações é o econômico, mas também a abertura de novos espaços onde podem atuar no momento que a Igreja as dispensa. Às vezes, as religiosas podem ter-se acolhido confortavelmente à *sombra das torres*, como elas mesmas o expressam, ou se clericalizado, motivos que vêm sendo alegados para sair do espaço eclesial. Chega o momento de arriscar outros espaços e também experimentar outra autonomia e formas de trabalho, também por causa do fechamento da Igreja.

Problemas como a não remuneração pelo trabalho, a acomodação de ficar num espaço pronto e o fechamento da Igreja que não corresponde ao que as religiosas buscam, apareceram nas entrevistas como os motivos do novo deslocamento das religiosas, agora em sentido inverso, após 30, 40 anos ou mais de atuação no espaço eclesial. Estaria voltando, dessa forma, o fechamento das congregações nas suas próprias obras, tão questionado nos anos 70? E a VR feminina que é da Igreja, para a Igreja, como entenderá esse discurso frente ao também deslocamento da mentalidade das religiosas em respeito a sua relação com a atual hierarquia da Igreja?

Em resposta à investigação de congregações religiosas dos Estados Unidos feita pelo Vaticano atualmente, Schneiders²⁶ assume que a vida religiosa que elas vivem hoje não é mais uma extensão da agenda da hierarquia, mas é orientada e discernida pelas superiores de suas congregações. Tão simples uma afirmação de autonomia assim, em setores da vida religiosa, poderá se manter? Dada a desregulação institucional e religiosa, tendências dentro da vida religiosa feminina estariam inaugurando novos tempos?

²⁴ R.W.BOLOGH. *Love or Greatness*.

²⁵ V.L.ERICKSON. *Onde o silêncio fala*.

²⁶ S.SCHNEIDERS, *A investigação do Vaticano*.

Questão da formação

Outra questão indicadora de mudança na consciência de gênero dessas religiosas é a atenção que vêm dando às questões de gênero em seus espaços de formação. É possível perceber que essas congregações fazem reflexões e estudos sobre as questões de gênero, e, com frequência, conduzidas por elas mesmas. Para uma das entrevistadas, esse tema é uma das linhas inspiradoras de seus programas a partir de 2001, mas foi um empreendimento sofrido: *Custa a gente se emancipar como sujeito mulher*. Outra reconhece que até o Concílio Vaticano II não havia muito essa consciência e que, agora, avançaram muito, mas não há consenso, não é uma questão fácil entre elas e precisa de paciência, mesmo se é bastante trabalhada na formação.

Se na opção pelos pobres há consenso, na questão de abrir-se à nova consciência de gênero parece haver divergências. Sendo uma questão que só recentemente está entrando na pauta das congregações, e sem o apoio e incentivo da hierarquia da Igreja, como aconteceu com a TdL, há resistências. Há um compromisso e sinceridade ao reconhecer que não é fácil acolher a crítica de gênero e fazer mudanças, dada a maneira como essas relações encontram-se incorporadas no profundo das pessoas e nas estruturas sociais e religiosas, que as fazem aparecer como naturais. Bourdieu nos ajuda a entender que as paixões de *habitus* dominado *estão inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições e se vivenciam dentro da lógica do sentimento e do dever*²⁷. É preciso levar em conta a inércia que resulta dessa condição.

Diante da dificuldade para assumir a questão da mulher, a leitura dos fundadores vem dando uma mão para legitimar e acordar para relações diferentes. Uma das congregações resgatou, na história do fundador, o grande valor que dava às irmãs, reconhecendo-as como indispensáveis e respeitando seu papel. Isso não é o que aconteceu com seus sucessores, com os que têm bastante dificuldade.

Outro grupo entende que o fundador da congregação as preparou para serem muito independentes e não submissas à autoridade eclesial, e para trabalhar a favor da dignidade da mulher africana. Elas lembram fatos das pioneiras da congregação, no começo do século XX, que, com o apoio do fundador, assumiam posturas de não *sometimento* aos padres. Para elas, hoje, afirmar-se como mulheres, que tem seus direitos faz parte de sua história.

Várias religiosas entrevistadas contam sobre as iniciativas tomadas para trabalhar a questão de gênero na congregação, tais como a formação de uma equipe que se preocupa de fazer uma abordagem das várias temáticas levando em conta a reflexão a partir da mulher. Fazer retiro e cursos sobre as mulheres; aceitar-se enquanto mulheres; celebrar,

²⁷ P.BOURDIEU, *A dominação masculina*, p.51.

às vezes, sem padre, e usar linguagem inclusiva nas orações, são práticas que vêm sendo adotadas recentemente em algumas congregações.

A atitude de estar a serviço caracteriza a presença das religiosas que atuam junto ao povo nas comunidades. O serviço é para elas uma maneira de relacionar-se com o povo, não uma forma de dominação. Não se colocam numa postura hierárquica e, pelo contrário, tentam democratizar as relações dentro da Igreja. Procuram empoderar os paroquianos. Isso é lido como uma forma não machista de coordenar e marcar presença no trabalho da Igreja.

Em geral, essas religiosas avaliam a Igreja como sendo atrasada na maneira como considera as mulheres. Alguma vai mais longe quando entende que a Igreja vai continuar nesse ponto enquanto *nós, mulheres, não nos unirmos para mudar as leis que têm na Igreja*. Ela reconhece o grande valor das mulheres na Igreja e está lá por causa delas, mas sente que a mudança não vem da Igreja e nem da vida religiosa, mas do movimento organizado das mulheres que, com o tempo, irá mexer na Igreja também.

Essas religiosas mostram um discurso elaborado e consciente sobre a questão de gênero, sobre a qual estão trabalhando, mesmo com dificuldades. Como elas mesmas contam, só recentemente essa temática é assumida ou tratada como congregação. Mesmo usando termos como mulheres e feminino, os quais parecem indicar um discurso moderado, uma mudança está em curso. A situação aparece colocada em âmbito interno dessas congregações, com uma certa militância por parte de alguns membros, dadas as diferenças de visão que existem entre elas.

Não aparece nas informantes uma ação organizada entre as congregações visando mudanças em âmbito institucional de Igreja. Sem esse tipo de ação, a VR feminina pode perder o momento da história ou esse movimento ficar reduzido a minorias. Nesse sentido, Bourdieu adverte que não basta formar as consciências e vontades, uma vez que as disposições são modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem. Por tanto, para chegar a uma ruptura com essas disposições, é preciso *uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes*²⁸.

Acompanhando a intervenção do Vaticano em congregações religiosas femininas dos Estados Unidos, foi possível perceber sinais de mobilização de religiosas em Estados Unidos e Ásia. Enquanto o cardeal Franc Rodé, Prefeito da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, defende essa intervenção *para ajudar as irmãs e para responder às preocupações pelo seu bem-estar*²⁹, religiosas asiáticas, congregadas na assembléia do AMOR XV, sentem-se desafiadas a manifestar-se crescentemente *contra as injustiças percebidas fora – e dentro – da Igreja, e*

²⁸ Ibid., p.54.

²⁹ C.WOODEN. *Cardeal Rodé defende visitação apostólica às irmãs dos EUA*.

querem trabalhar juntas para ir além dos estereótipos religiosos, sociais, culturais e de gênero e manifestam seu apoio às religiosas que sofrem intervenção³⁰.

Esse e outros testemunhos, frequentes manifestações das religiosas em seus encontros, apontam um avanço em sua consciência enquanto se movem para sair de estruturas injustas e de sistemas que diminuem as mulheres. Há um aprofundamento da compreensão do feminismo em relação à Igreja e à sociedade. Há o desejo e a busca consciente de exercer a liderança, a participação e a tomada de decisões coerentes com o compromisso de mulheres que se orientam por valores cristãos.

Uma recomposição da VR feminina, seu sentido e ação significativa passam hoje pelo desafio de recriar as relações de gênero, tarefa que a VR poderá enfrentar com o movimento mais amplo das mulheres.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Marcelli de C. Pe. SJ. *Os Religiosos: vocação e missão. Um enfoque exigente e atual. Rio de Janeiro: Conferencia dos Religiosos do Brasil, 1977.*

BERGER, P. e LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade.* Petrópolis: Vozes, 1997.

BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade.* Restauração da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

BIASE, Paola G. De uma cidadania a outra. O duplo protagonismo das mulheres católicas. In: BOACCHI Gabriela e GROPPi Ângela (org.) *O dilema da cidadania. Direitos e deveres das mulheres.* São Paulo: Unesp, 1995, pp. 159-203.

BOLOGH, Roslyn W. *Love or Greatness.* Max Weber and masculine thinking – A feminist inquiry. London: Unwin-Hyman, 1990.

BONACCHI, Gabriela e GROPPi, Ângela (org.). *O dilema da cidadania.* Direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Unesp, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

³⁰ Th.C.FOZ. *Religiosas asiáticas: desafios da educação teológica entre a realidade e o ideal e a realidade.*

CARRANZA, Brenda. *Atualmente as candidatas trazem outras inquietações. Notícias*, disponível em WWW. ihu.unisinos.br/, acesso 1.11.2009.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade. A era da informação. Economia, sociedade e cultura*, V. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CODINA, Victor e ZEVALLOS, Noe. *Vida religiosa: História e Teologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.

ERICKSON, Victoria Lee. *Onde o silêncio fala. Feminismo, Teoria Social e Religião*. São Paulo: Paulinas, 1997.

FOZ, Thomas C. *Religiosas asiáticas: desafios da educação teológica entre a realidade e o ideal e a realidade*. Notícias, disponível em WWW. ihu.unisinos.br/, 5.11.2009.

GONZÁLEZ GARCIA, Martina. M. E. *Efeitos sociais do discurso e da prática da opção pelos pobres na Vida Religiosa feminina*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1999, 210p.

GONZÁLEZ GARCIA, Martina. M. E. *Recomposição da Vida Religiosa. Estudo das Relações entre Individuo e Comunidade em Congregações Femininas*. Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006, 266p.

GUILLAUMIN, Colette. *Sexe, Race e pratique du pouvoir. L'idée de nature*. Paris: Cote-femmes, 1992.

LÉGER, Danièle Hervieu-. *La religion em mouvement, Le pèlerin et le converti*. Flamarion. 1999.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

REZENDE, M. Valéria V. *Vida Religiosa rompendo os muros. Carisma e instituição. As Pequenas Comunidades Religiosas femininas inseridas no meio popular no Nordeste*. João Pessoa: Manufatura Editora, 2002.

ROSADO NUNES, M. J. F. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 482-509.

ROSADO NUNES, M. J. F. *Vida Religiosa nos meios populares*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SALISBURY, Joice. *Padres da Igreja Virgens independentes*. Colômbia, T/m, 1994.

SCHNEIDERS, Sandra. *A investigação do Vaticano. Igreja sempre resistiu a novas formas de vida religiosa*, disponível em: WWW. ihu.unisinos.br/, 10.03.2009

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1984.

WITTBERG, Patrícia. *The rise and fall of Catholic religious orders: a social movement perspective*. New York: The State University of New York Press, 1994.

WOODEN, Cindy. *Cardeal Rodé defende visitação apostólica às irmãs dos EUA*. Notícias, disponível em www. ihu.unisinos.br/, acesso 5.11.2009.

Recebido: 17/09/2014

Aprovado: 05/10/2014